

“Povos sem fé, nem lei, nem rei.” Assim os conquistadores do Brasil avaliavam os habitantes encontrados aqui no século 16. E sem língua, pois esta – chamada, no decorrer dos tempos, de ‘língua geral’, ‘língua brasílica’, ‘tupi antigo’ ou ‘tupinambá’ – não tinha f, nem l, nem r. A documentação da época colonial sobre as línguas aqui faladas é muito pequena. Além das gramáticas de José de Anchieta (1595) e de Luiz Figueira (1687), ambas sobre o tupinambá, há apenas a de Luís V. Mamiani sobre a língua kiriri (1699). Do século 18 restam estudos inéditos sobre a língua nheengatu (forma amazônica do tupinambá, ou tupi moderno). Esta, falada até hoje, originou a língua franca usada na comunicação entre brancos e índios – uma variedade do nheengatu foi usada pelos bandeirantes, sendo bastante difundida no século 17. Entre os documentos sobre a língua indígena da época do Descobrimento, a Gramática da língua mais usada na costa do Brasil, de Anchieta, ocupa um lugar privilegiado.

**Yonne Lelte**

Associação Brasileira de Antropologia e Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro



A gramática de Anchieta



500 anos de língua tupi

O século 16 foi o século da expansão européia, de colonização e domínio do Novo Mundo. Época de deslumbramento, no encontro com o 'outro', e de violências e humilhações aos subjugados, levando, na maioria das vezes, ao extermínio do mais fraco. Crenças e convicções de um velho mundo afundavam no abismo aberto pela entrada em cena de novos céus, novos animais, novos povos. O reconhecimento de outros mundos trouxe mudanças sociais e políticas que afetaram todos os campos do conhecimento. Os horizontes lingüísticos também se ampliaram com as análises do hebraico e do árabe, línguas com estruturas e categorias diferentes daquelas das línguas indo-européias, nas quais se baseavam os estudos tradicionais de gramática.

Os estudos iniciais do hebraico basearam-se na tradição gramatical árabe, em função da supremacia política destes. Os estudiosos árabes, mesmo conhecendo os gramáticos e a tradição greco-latina, desenvolveram perspectivas lingüísticas próprias, jamais impondo à sua língua o modelo ocidental. O horizonte lingüístico ampliou-se não só com a convivência de tradições gramaticais diferentes, mas também com o estudo sistemático das línguas vivas da Europa. Essa maior complexidade fez com que o estudo do latim e do grego passasse ao domínio de especialistas, e essas duas línguas deixaram de ser os únicos modelos para tais estudos.

É nesse contexto que aparece, em 1595, a *Arte de grammatica da lingua mais usada na costa do Brasil* (segundo a grafia da época), do jesuíta José de Anchieta (1534-1597). Essa língua é o tupinambá (tupi anti-

go), falado no século 16 por tribos que viviam no litoral brasileiro. É um dos primeiros documentos sobre as línguas do Novo Mundo, precedido apenas, na América do Sul, pela gramática (de 1560) do quechua, principal língua dos povos indígenas dos Andes, herdada dos incas.

Avaliações da *Arte de grammatica*

A gramática de Anchieta tem sido alvo tanto de elogios quanto de críticas. Para alguns, a descrição e a análise do tupinambá feitas no livro são excelentes. O tupinólogo Carlos Drummond, da Universidade de São Paulo, diz na introdução à sétima edição da *Arte de grammatica* (1990) que a sistematização feita por Anchieta foi um "trabalho magnífico, de valor lingüístico e filológico indiscutível".

Também o lingüista Aryon Rodrigues, da Universidade de Brasília, concluiu, ao avaliar as gramáticas da época colonial, que Anchieta "foi bastante original na utilização dos conceitos e do aparato terminológico clássicos para a descrição tanto da fonologia quanto da estrutura gramatical da 'nova' língua". Para o especialista, foi exatamente a originalidade do jesuíta como gramático "que impediu uma justa apreciação de sua gramática nos anos que se seguiram à sua publicação".

Outros criticam Anchieta por ter usado o modelo latino de gramática e, com isso, deturpado a ver-

dadeira língua indígena, usando categorias nela inexistentes. Afirma-se, inclusive, que o material contido na *Gramática* não representa mais uma língua ‘pura’, e sim uma língua misturada, impregnada da influência do português, que seria superior a ela. O tupinambá, portanto, não passaria de um patuá, uma língua geral simplificada, pobre, vencida pela excelência da língua dos conquistadores.

A comparação do que está na obra de Anchieta com as línguas tupis faladas até hoje mostra a fragilidade das críticas. Os fenômenos descritos no

livro são cruciais para a caracterização do tupinambá, segundo pressupostos das teorias lingüísticas mais modernas. Essa avaliação não se baseia na adoção de um modelo, e sim na idéia de que uma gramática é boa se o material nela contido pode, em uma reanálise, fornecer respostas para perguntas feitas com base em outra teoria ou modelo.

A gramática de Anchieta parece, para o leitor atual, um tanto desorganizada, e sua linguagem, mesclada de terminologia e expressões latinas, afugenta a muitos. No entanto, assemelha-se à primeira

gramática do português – *Grammatica da lingua portugueza*, de Fernão de Oliveira (1536) –, de qualidade acima de qualquer dúvida. Também mostra ser calcada, ao menos no estilo e na organização, na gramática latina, como todas as análises de línguas da época. Além disso, Anchieta era padre e devia conhecer bem o latim e seus gramáticos, embora sua obra sobre o tupinambá não cite qualquer gramático latino conhecido em seu tempo, como Varrão (Marcus T. Varro, 116-27 a.C.) ou Quintiliano (Marcus F. Quintilianus, c. 30-c. 100).

Isso é confirmado pela lingüista Edith Pimentel Pinto, da Universidade de São Paulo, que conhece a fundo a obra do jesuíta: “Anchieta não cita o mais seguido dos gramáticos latinos, Quintiliano, como o fazem outros gramáticos do século (...). Mas, como era profundo conhecedor de latim (...) e capaz de produzir literatura nessa língua, a nomenclatura gramatical que usa e mesmo a sua linguagem de gramático acusam forte presença do modelo latino. Já no plano da obra e no tratamento da matéria, onde o ajustamento à nova realidade lingüística se impunha, o afastamento é maior. Nesse ponto, como Fernão de Oliveira, além de pioneiro, Anchieta foi, necessariamente, um inovador.”



Padre José de Anchieta

Os sistemas sonoros das línguas tupi-guarani

O sistema básico de vogais, nas línguas da família tupi-guarani, é constituído de seis vogais orais (*i, e, y, a, u, o*), cada uma com uma contraparte nasal. É o que se vê no kamayurá (do Parque Nacional do Xingu), no guarani (do Sudeste, Sul e Oeste do país), no urubu (do Maranhão). Há sistemas diferentes, como no tapirapé (de Mato Grosso), com cinco vogais orais e cinco nasais, ou no asurini (do Pará), com cinco vogais orais e sem as nasais, ou o guajajara (do Maranhão), com sete vogais orais e sem as nasais.

Estudos fonológicos apontam três traços bem típicos das línguas dessa família: (1) a existência de um fonema posterior alto não-arredondado, aqui representado por *y*, (2) a ocorrência de consoantes oclusivas pré-nasalizadas; e (3) a existência de vogais nasais que não podem ser interpretadas como uma vogal oral seguida de uma consoante nasal, como no português.

Essas características foram bem captadas por Anchieta. Ele descreve a vogal posterior alta não-arredondada (*y*) como “vogal que em muitos vocábulos se pronuncia áspero com a garganta, bem se lhe pode escrever *g*, no fim acabando-se a dicção no mesmo *i*”. Esse som, na verdade, é produzido do mesmo modo que o *u* do português, mas sem arredondar os lábios. Foi de difícil identificação para os colonizadores, que ora o registravam como *u*, tomando-o como uma vogal posterior, ora como *i*, em função do não-arredondamento dos lábios. Isso se reflete hoje na variedade de grafias de nomes de lugares derivados do termo tupi *tyb* (lugar onde há abundância), que ora aparece como ‘tuba’ (Araçatuba), ora como ‘tiba’ (Mangaratiba).

Minuciosa e consistente é a descrição do jesuíta da variação das oclusivas pré-nasalizadas *mb, nd, ñg* e de suas variações com as nasais simples *m, n* e *ñ* e as oclusivas surdas *p, t, k*, atuantes até hoje em várias línguas tupi-guarani. Um exemplo é a variação *m, mb, p* – para facilitar a leitura e por motivos técnicos será sempre usado o texto da edição da *Arte de gramática* em português contemporâneo (Edições Loyola, 1990): “*p, m, mb* se usam uma por outra, desta maneira: as dicções principiadas por *p*, tornadas em sentido indeterminado, se pronunciam com *m* ou *mb*, como *mó* ou *mbó* mão. Se precede o determinante ou complemento de posse, muda-se em *p*, como *Pedro pó*, mão de Pedro, *se pó* minha mão”.

Outra questão crucial na descrição das línguas tupis é a existência de vogais ‘nasais’. Línguas como português ou francês têm vogais nasalizadas, mas as teorias fonológicas mais modernas as consideram como seqüências de uma vogal oral e uma consoante nasal. Em certas línguas tupi, porém, não

cabe essa interpretação. Anchieta já insinuava, em sua gramática, que não é possível representar as vogais nasais como vogal oral seguida de consoante nasal, ao escrever que “algumas partes da oração se acabam em til, o qual não é *m* nem *n*, ainda que na pronúncia diferiam pouco”.

Assim, para pelo menos três áreas significativas da fonologia das línguas tupi, a gramática de Anchieta traz informações que podem ser reelaboradas segundo outras metodologias e teorias. Aryon Rodrigues realizou esse tipo de reanálise em sua tese de doutorado, defendida em 1959 na Universidade de Hamburgo (Alemanha). Usando as gramáticas de Anchieta e de Figueira e outros documentos sobre o tupinambá (como catecismos e peças teatrais), e com base na metodologia da teoria lingüística vigente nos anos 50 (o estruturalismo), Rodrigues estabeleceu para o tupinambá um sistema fonológico com sons contrastivos consonantais (*p, t, k, ‘, s, ch, j, w, m, n, g, r, b*) e vocálicos (*i, e, y, a, u, o*, com contraparte nasalizada).

Sons contrastivos (ou fonemas) são aqueles que, trocados um por outro em uma língua, geram palavras diferentes. Em português, são exemplos *p* e *b*, *t* e *d*, *k* (escrito *qu*, como em ‘quilo’, ou *c*, como em ‘casa’) e *g* (escrito como *g*, como em ‘gula’, ou *gu*, como em ‘guia’), como se pode ver nos pares lexicais pote/bote, nata/nada, cola/gola.

A transcrição dos fonemas do tupinambá exige algumas adaptações. Assim, *ch* representa o som chiado que, em português, ocorre em ‘chuva’, ‘cheio’ e outras palavras; *g* é o som que se tem, no inglês, no final de *sing* (cantar), *song* (canção) etc.; *j* é o que aparece no inglês *yes* (sim) ou no *i* de ‘cheio’; e *w* representa o som presente no início das palavras inglesas *wet* (molhado) e *we* (nós). Todos os sons registrados por Anchieta, ou presentes nas línguas tupi-guarani atuais, nada têm de exótico: são descritos em manuais de fonética, embora alguns não existam em português.

A dimensão do tempo

Nas línguas tupis, em geral, passado e futuro não são expressos nos verbos, como no português, mas nos nomes, pelo acréscimo de morfemas (elementos que conferem significado gramatical) de passado ou futuro. Esses morfemas exprimem algo que já ocorreu ou que ainda está para ocorrer. Assim, em tupinambá, “o passado se faz com a partícula *puéra, uéra, éra*; o futuro com *râma, âma, uâma*, como *mbaé puéra* (coisa que foi, velha, antiga) e *mbaé rama* (coisa que será, futura)”. Anchieta explica ainda com precisão o contexto em que cada forma das partículas é usada.

Esse sistema persiste até hoje em outras línguas

tupi. As partículas usadas, no entanto, indicam noções mais de modo e aspecto (intenção, desejo, perfectivo, imperfectivo, ação continuada, ação presenciada pelo falante etc.) do que de tempo. Assim, as noções de tempo assemelham-se a termos adverbiais, como ontem, hoje, amanhã, há muito tempo, há pouco tempo, agora e outros.

A gramática de Anchieta engloba tempo e modo, como se vê em sua descrição do indicativo: “O presente do indicativo, posto que inclui em si os quatro tempos, contudo mais propriamente significa o passado. Mas do contexto se entende ou do modo de falar; e comumente para o presente (ainda que não é sempre necessário) se lhe põe na primeira pessoa de um e outro número as partículas *ã, iã, ikó*, que tudo é um. Como *a-só-ã, a-só-iã, a-só-niã, a-só-ikó* eis que vou, aqui vou, e às vezes se põe o mesmo *ã* etc. no futuro (...). Para o imperfeito se lhe sói juntar *biã* monossilábico, como *a-so-biã* ‘ia’ eu, mas ainda que este *biã* se junta com outros significando que não se cumpriu o fim para que se fazia a obra ou algum impedimento (...) Para o mais que perfeito, há que se ter um *umuã* no fim, o qual propriamente significa já e a todos os tempos serve.”

Como se vê, embora a terminologia usada seja considerada latina, fica evidente uma frágil distinção de tempo: a principal distinção é entre ‘ação realizada’ e ‘ação não realizada’. Não existe uma marca própria de tempo, embora este possa ser expresso na língua e permita comparações com as categorias do português e de outras línguas.

tupinambá e a classificação morfológica

As línguas tupi-guarani têm sido consideradas pobres, sem flexão verbal, o que é desmentido pelas análises das que ainda são faladas. A expressão, nos verbos, dos participantes na ação (sujeito e objeto) obedece a um sistema morfológico altamente eficiente e complexo, embora radicalmente diferente do encontrado em línguas como português, italiano e espanhol.

No português, por exemplo, a flexão verbal que indica a pessoa do sujeito é a mesma para verbos transitivos (eu como feijão todo dia) ou intransitivos (eu corro todo dia). O agente (sujeito da ação) e o paciente (objeto da ação), se expressos por locução nominal, não recebem, como ocorria no latim, marcas de caso (nominativo ou acusativo). Já no sistema pronominal há formas diferentes para sujeito (os pronomes livres ‘eu’, ‘tu’, ‘ele’, ‘nós’, ‘vós’, ‘eles’ – e para objeto – ‘me’, ‘te’, ‘o(s)’, ‘a(s)’, ‘nos’, ‘vos’). Assim, pode-se dizer que os pronomes-sujeito estão no caso reto ou nominativo e os pronomes-

objeto no caso oblíquo ou acusativo. Ao verbo também se acrescentam sufixos de pessoa e de tempo/modo. Como o verbo concorda em pessoa e número com o sujeito, sabe-se qual é o sujeito mesmo quando ele não está expresso.

Nas línguas tupi-guarani, o quadro é bem diferente. Como se viu, não há sufixos ou prefixos que indiquem tempo. Além disso, só se acrescenta ao verbo um dos seus argumentos: ou o sujeito ou o objeto. Há duas séries de marcadores de pessoa: uma que indica o sujeito e outra que indica o objeto, como, por exemplo, no tapirapé, língua tupi-guarani falada em Mato Grosso.

	Agente (sujeito)	Paciente (objeto)
Primeira pessoa do singular	ã	xe
Segunda pessoa do singular	ere	ne
Primeira pessoa do plural (inclusivo)	xi	xane
Primeira pessoa do plural (exclusivo)	ara	are
Segunda pessoa do plural	pe	pe
Terceira pessoa	a	i

Notam-se, de imediato, diferenças marcantes: não há distinção entre singular ou plural e entre masculino ou feminino na terceira pessoa e existem dois plurais para a primeira pessoa: o inclusivo (que indica a inclusão da pessoa com quem se fala) e o exclusivo (em que a pessoa com quem se fala é excluída).

No verbo transitivo, só são expressas a pessoa do sujeito ou a pessoa do objeto, e a escolha do marcador segue a hierarquia ‘primeira pessoa > segunda pessoa > terceira pessoa’. Se a pessoa do sujeito é a primeira e a do objeto é a terceira, marca-se o sujeito, mas se o sujeito é de terceira e o objeto de primeira, marca-se o objeto. Assim, *a-xokã* quer dizer ‘eu bati nele’ e *xe xokã* significa ‘ele me bateu’ – no primeiro exemplo, o verbo ganha o marcador de sujeito de primeira pessoa do singular, e no segundo recebe o marcador de objeto de primeira pessoa do singular.

Nos casos acima, a terceira pessoa está sempre envolvida, como sujeito ou objeto. O sistema é outro se as relações se dão entre a primeira e a segunda pessoas. Se o sujeito é a segunda pessoa do singular e o objeto é a primeira do singular, tem-se a forma verbal *xe xokã xepe* (‘você me bateu’). Se o sujeito é a primeira pessoa do singular e o objeto é a segunda do singular, diz-se *ara-xokã* (‘eu te bati’). Assim, cada combinação de pessoa de sujeito e objeto é expressa de uma forma própria. Os pronomes livres (equivalentes a eu, tu, ele/ela, nós, vós, eles/elas) são dispensáveis, pois estão evidentes nas formas pronominais expressas no verbo. Por exemplo, *xe xokã* (‘me bateu’) remete a um sujeito de terceira pessoa (*a’ega*), enquanto *xe xokã xepe* implica um sujeito de segunda pessoa do singular (*ane*).

Outros aspectos do sistema pronominal das línguas tupi-guarani são diferentes do português. Segundo a classificação estruturalista, o sistema pronominal de línguas como o português é nominativo/acusativo (reto/oblíquo), enquanto línguas como o tapirapé e outras da família tupi-guarani são definidas como do tipo ativo. Nelas, a linha divisória dos pronomes está baseada na distinção agente/paciente, ou seja, a distinção é semântica e não morfossintática, como no português.

Anchieta não descreve o sistema de referência pessoal do tupinambá como um sistema de estrutura ativo, tipo morfológico, noção que só vai surgir nos anos 70 com o lingüista russo Georgii A. Klimov. Mas os elementos para essa dedução estão na *Arte de gramática*. Anchieta ressalta a possibilidade de não ocorrência do pronome sujeito e define a presença deste como “reforçativa”, em nítida alusão ao caráter enfático dos pronomes (como propõe a análise atual). Ele chama os verbos de estado de neutros, em oposição aos verbos ativos. Os reflexos desses aspectos do sistema pronominal do tupinambá na sintaxe também estão em sua gramática.

tupinambá e a classificação sintática

Um aspecto marcante de certas línguas tupi-guarani é a ordem livre das locuções nominais. O mesmo ocorre no latim. Em uma sentença como *puer vidit puellam* (o menino viu a menina), por exemplo, o sujeito, o objeto e o verbo podem aparecer em qualquer ordem: *puellam vidit puer*, *puer puellam vidit*, *vidit puer puellam* etc. Isso não altera a interpretação da sentença, porque no latim há marcação explícita de caso nas locuções nominais: *puer* está no caso nominativo e é o sujeito, e *puellam* está no caso acusativo e é o objeto. No português não há essa liberdade, nem sufixos de caso nas locuções nominais: a mudança de ordem (de ‘o menino viu a menina’ para ‘a menina viu o menino’, por exemplo) modifica a interpretação de quem viu e de quem foi visto.

Nas línguas tupi-guarani de ordem livre, não há marcas de caso para sujeito e objeto. Assim, nessas línguas, uma sentença como ‘Pedro matou Paulo’ é ambígua, podendo significar tanto que Pedro matou quanto que ele foi morto. Anchieta retratou isso muito bem, no tupinambá, chamando esse fenômeno de ‘anfibologia’:

“Sendo a terceira pessoa sujeito e objeto direto, ainda que possa haver alguma anfibologia, contudo, pela matéria que se trata, comumente fica claro, como de coisa animada com inanimada, ou de maior qualidade com menor; assim Pedro come pão, bebe, planta, derruba árvores etc.; está claro

que Pedro há de ser sujeito, de qualquer maneira que se ponha, como *Pedro o-ú miapé* Pedro come pão, *Pedro miapé o-ú, miapé Pedro o-ú, o-ú Pedro miapé*; e por aqui se entende o mais: *Pedro pirá o-ú* Pedro come peixe; *Pedro jaguára o-juká* Pedro matou a onça. Quando há igualdade, então é a dúvida, como Pedro matou a João. *Pedro João o-juká*, porque ambos podem ser sujeitos e objetos diretos.”

Nessas línguas, portanto, a ordem não indica as relações gramaticais de sujeito e objeto. Provavelmente isso decorre do fato de que as relações entre cada pessoa do verbo é expressa de forma específica (como visto antes). Assim, as locuções nominiais não precisam indicar qual o sujeito e qual o objeto. Em tapirapé, *xe xokā* já indica que o sujeito é a terceira pessoa e o objeto é a primeira pessoa. As locuções nominiais estão, assim, livres para exercer funções pragmáticas: indicar foco, informação nova ou velha, personagem principal de um relato, retomada de um tema etc.

Essa característica não é exclusiva das línguas tupi-guarani, nem significa falta de estrutura ou de lógica, como tantas análises afirmaram. A classificação estruturalista do tupinambá como língua ativa está ligada, como se viu, à semântica, mas o modelo gerativista (que se seguiu ao estruturalismo) tem a sintaxe como foco central da teoria. Não há dúvida de que o português e o tupinambá diferem em sua sintaxe, e que essas diferenças derivam de suas características morfológicas. É dentro dessa nova visão que o tema da ordem livre, há tempos esquecido, voltou ao cenário.

Nas línguas tupi, quem retomou essa questão foi a lingüista Marcia Dámaso Vieira, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Museu Nacional), em tese de doutorado sobre a língua asurini apresentada à Universidade Estadual de Campinas. Ela avalia duas propostas contrastantes para explicar a ordem livre nessa língua (da família tupi-guarani), e recorre constantemente, em sua argumentação, ao material da gramática de Anchieta.

Línguas indígenas: exemplo de resistência

Outros fenômenos são tratados na *Arte de gramática*, mas os casos citados bastam para invalidar a idéia de que Anchieta teria simplificado a língua mais usada na costa do Brasil. E também para negar que o uso do modelo latino teria prejudicado sua análise dos processos fonológicos ou sintáticos existentes nessa língua.

Tudo isso mostra a complexidade do tupinambá e o quanto diferia das línguas que a grande maioria de lingüistas e gramáticos brasileiros usualmente estudam. Mais ainda, revela que Anchieta teve a sensibilidade e a ciência para descrever a língua indígena. Também indica que, ao contrário do que muitos dizem, as línguas da família tupi-guarani

não são pobres, sem flexão, sem estrutura e sem gramática.

Muitas línguas faladas no Brasil desapareceram, mas não em função da suposta superioridade da língua do conquistador. Desapareceram porque seus falantes foram escravizados ou mortos violentamente na conquista da terra que lhes pertencia, ou dizimados por doenças trazidas pelos ‘brancos’ (para as quais não tinham resistência), ou por dissensões entre eles (que os colonizadores

soberam usar para enfraquecê-los). A maior parte dos indígenas que sobreviveram aos cinco séculos de dominação do mais forte ainda fala essas línguas – uma prova de resistência cultural e lingüística impressionante (ver ‘Línguas indígenas: 500 anos de descobertas e perdas’, em *CH* n° 95). Mas tais línguas, e seus falantes, continuarão a morrer se persistir a perversa política indigenista, em especial quanto às questões da terra e da saúde.

Invasões de territórios indígenas e mortes de índios por fome ou falta de vacinas são noticiadas com freqüência. É comum nas aldeias o suicídio por desesperança. Os relatórios sobre esses e outros problemas e os pedidos de interferência recebidos pela Associação Brasileira de Antropologia dão a dimensão dessa dramática situação, em especial no caso da morte de crianças. Quando a mortalidade infantil é alta, o grupo, por falta de reprodução, está fadado a desaparecer. Há algum tempo a Associação recebeu um pedido comovente: tentar obter o apoio da Funai para a volta dos três últimos índios Juma à sua área de origem, pois o único desejo deles era o de morrer e ser enterrados junto a seus ancestrais.

Estamos comemorando 500 anos de descoberta do Brasil ou 500 anos de língua portuguesa. Para esses índios, e para todos aqueles que com eles trabalham, que com eles convivem, que a eles conhecem e que com eles muito aprenderam, nada há a celebrar, mas muito ainda a protestar e reivindicar. ■



Fac-símile da edição original da gramática do tupi feita por Anchieta

Sugestões para leitura

- ANCHIETA, J.
Arte da gramática da língua mais usada na costa do Brasil (edição fac-símile do original de 1595 e versão em português atual), São Paulo, Edições Loyola, 1990.
- LEITE, Y. ‘Para uma tipologia ativa do Tapirapé’ in *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, v. 18, p. 37. 1990.
- RODRIGUES, A.D.
Línguas brasileiras. Para o conhecimento das línguas indígenas. São Paulo, Edições Loyola, 1986.
- RODRIGUES, A. D. ‘Descripción del tupinambá en el período colonial: el *Arte* de José de Anchieta’. in Klaus Zimmermann (ed.), *La descripción de las lenguas amerindias en la época colonial*, Vervuert, Iberoamericana, 1997.